

Da Certificação da Profissão de Relações Públicas: o caso português

Um grupo de associados da ARPP e docentes do ISMAI - constituído pelo Doutor Manuel Tojal e pelos Mestres Abílio da Fonseca, Clementina de Oliveira e Cristina Rebelo e pela Dr.^a Catarina Oliveira, antiga aluna do Curso de Relações Públicas - realizou uma investigação muito cuidada acerca do processo do reconhecimento da nossa profissão e acaba de a entrega ao Conselho Científico do ISMAI, ao seu Conselho Directivo e à Maiêutica – Cooperativa de Ensino Superior, entidade proprietária do ISMAI.

Trata-se de um trabalho que analisa profundamente – tendo em vista aquela temática – o fenómeno das Relações Públicas em Portugal desde o seu aparecimento no nosso país, historiando o processo ainda em curso da sua regulamentação/oficialização, apresentando a problemática da designação do seu Profissional e incluindo um estudo comparativo das metodologias utilizadas na condução desse processo nalguns países em que a profissão foi reconhecida oficialmente. Termina com notáveis depoimentos de alguns especialistas e apresenta uma abundante documentação muito esclarecedora.

Transcrevemos o **Resumo** que consta na parte inicial:

“O estudo da certificação da profissão de Relações Públicas em Portugal implica a abordagem de um processo que teve o seu início em 1968, foi retomado em 1990 e ganhou um novo impulso em 2000. A partir de então, tem-se assistido a um conjunto de iniciativas mais ou menos concertadas no sentido de pressionar as instâncias governativas a institucionalizarem uma actividade que foi introduzida entre nós no princípio da década de 1960 e que continua sem possuir uma carreira profissional regulamentada, uma denominação oficial estatuída e um enquadramento fiscal. A verdade é que o reconhecimento oficial nos remete logo à partida para a questão do consenso na classe dos profissionais de comunicação e Relações Públicas, uma tarefa complicada dada a divergência de interesses e a multiplicidade de proveniências dos seus agentes.

A investigação deste processo implicou, para além da reconstituição do seu historial, a análise das problemáticas da designação e do próprio reconhecimento, na perspectiva de especialistas, académicos e profissionais do sector. Para além do método comparativo utilizado no estudo dos casos espanhol, francês e brasileiro, foi utilizado o método indutivo para, a partir da recolha e observação dos factos, passarmos à análise dos mesmos. Como instrumentos de pesquisa no trabalho de campo foram utilizados a entrevista e o questionário, tendo a sistematização da informação recolhida sido feita através da análise de conteúdo e da análise estatística, respectivamente.

Dos resultados obtidos importa destacar o problema constituído pela multiplicidade de termos e expressões utilizadas para a designação da actividade, dispersão essa que funciona como um factor negativo para a identidade, o prestígio e a credibilidade da própria profissão. Quanto à hipótese de adaptação ao caso português do modelo utilizado noutros países em que a profissão já foi reconhecida, concluiu-se que a mesma se afigura de difícil aplicação uma vez que em nenhum dos casos estudados existiu uma

estratégia planificada mas sim um conjunto de factores que acabaram por funcionar como elementos de pressão junto das instituições e dos órgãos de poder.

A ausência de resultados práticos ou de um significativo avanço do processo, apesar da existência de uma série de iniciativas e tomadas de posição por parte de profissionais destacados e das associações representativas do sector, parece, assim, configurar a necessidade de criação no nosso país de uma superestrutura que poderia chamar-se Conselho Nacional de Comunicação e Relações Públicas e a conseqüente constituição de um grupo de trabalho técnico que estabeleça contactos, exerça lóbingue e produza toda a tarefa de suporte à iniciativa, no sentido de concluir favoravelmente um processo inconcluso há mais de trinta anos.”

Aqui destacamos um trabalho que vem enriquecer e estimular a luta que esta Associação de Relações Públicas de Portugal vem desenvolvendo como um dos seus mais importantes objectivos.

Esta obra será editada pela PUBLISMAI em 2005.